

Estudos bíblicos
expositivos em

Philip Graham Ryken

Êxodo

SALVOS PARA A GLÓRIA DE DEUS

VOLUME 2



Estudos bíblicos expositivos em Êxodo (volume 2), Salvos para a Glória de Deus de Philip Graham Ryken © 2022 Editora Cultura Cristã. Título em inglês *Exodus: Saved for God's Glory – Preaching the Word Series* de Philip Graham Ryken. Copyright © 2015 by Philip Graham Ryken. Publicado por Crossway, ministério de publicações da Good News Publishers – Wheaton, Illinois 60187, USA. Esta edição foi publicada mediante acordo com a Crossway. Todos os direitos são reservados.

1ª edição 2022

Conselho Editorial

Cláudio Marra (Presidente)
Christian Brially Tavares de Medeiros
Filipe Fontes
Heber Carlos de Campos Jr
Joel Theodoro da Fonseca Jr
Misael Batista do Nascimento
Tarcízio José de Freitas Carvalho
Victor Alexandre Nascimento Ximenes

Produção Editorial

Tradução
Markus Hediger
Revisão
Claudete Águas de Melo
Vagner Barbosa
Mauro Filgueiras Filho
Filipe Delage
Wilton Lima
Editoração
Felipe Marques
Capa
Magno Paganelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sueli Costa CRB-8/5213

R911e Ryken, Philip Graham

Estudos bíblicos expositivos em Êxodo / Philip Graham Ryken;
tradução Markus Hediger. – São Paulo : Cultura Cristã, 2022.

528 p. : V.2

Título original: Exodus

ISBN978-85-7622-850-9

1. Exposição bíblica 2. Vida cristã I. Hediger, Markus II. Título

CDU-222.12

A posição doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil é expressa em seus “símbolos de fé”, que apresentam o modo Reformado e Presbiteriano de compreender a Escritura. São esses símbolos a *Confissão de Fé de Westminster* e seus catecismos, o *Maior* e o *Breve*. Como Editora oficial de uma denominação confessional, cuidamos para que as obras publicadas espelhem sempre essa posição. Existe a possibilidade, porém, de autores, às vezes, mencionarem ou mesmo defenderem aspectos que refletem a sua própria opinião, sem que o fato de sua publicação por esta Editora represente endosso integral, pela denominação e pela Editora, de todos os pontos de vista apresentados. A posição da denominação sobre pontos específicos porventura em debate poderá ser encontrada nos mencionados símbolos de fé.



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – CEP 01540-040 – São Paulo – SP

Fones 0800-0141963 / (11) 3207-7099

www.editoraculturacrista.com.br – cep@cep.org.br

Superintendente: Clodoaldo Waldemar Furlan

Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

Para
JAMES MAXWELL RYKEN
que trouxe alegria para o coração do seu pai
enquanto este livro estava sendo escrito –
durante todos os três primeiros anos da sua vida

e para o
GRANDE DEUS DO ÊXODO,
o único que pode nos resgatar do Egito do nosso pecado,
remir-nos por meio do sangue do Cordeiro
e receber-nos na sua eterna glória.

SUMÁRIO

Volume 2

59. O fim da lei (20.18-21)	9
60. O altar de Deus (20.22-26)	21
61. Destinado à liberdade (21.1-11)	32
62. Olho por olho (21.12-36).....	44
63. Lei acerca da propriedade (22.1-15)	56
64. Leis boas de um Deus grande (22.16-31)	68
65. O tribunal do povo (23.1-13).....	81
66. Três festas de peregrinação (23.14-19).....	93
67. O anjo guardião (23.20-33)	104
68. O sangue da aliança (24.1-8)	116
69. Eles viram a Deus (24.9-18).....	129
70. Ofertas voluntárias (25.1-8).....	141
71. A arca da aliança (25.9-22).....	154
72. O pão da proposição (25.23-30).....	165
73. O candelabro de ouro (25.31-40)	178
74. O tabernáculo de Deus (26.1-37)	188
75. O altar no átrio (27.1-19).....	200
76. Um sacerdote perante Deus (27.20–28.14)	213
77. Conhecendo a vontade de Deus (28.15-30).....	223
78. Apto para o sacerdócio (28.31-43).....	236
79. A ordenação dos sacerdotes (29.1-21)	248
80. O quadro geral (29.22-46)	259
81. Doce altar de oração (30.1-10,34-38)	269
82. Comprado por um preço (30.11-33).....	282
83. Arte por causa de Deus (31.1-11).....	294
84. O dia do Senhor (31.12-18).....	307
85. Bezerra de ouro (32.1-6).....	322

86. Desce, Moisés (32.7-14).....	336
87. Ó, irmão! (32.15-24).....	349
88. Quem está do lado do Senhor? (32.25-35).....	361
89. Com ou sem você? (33.1-11).....	373
90. Sob a sombra da sua mão (33.12-23).....	384
91. O encontro com o Deus da aliança (34.1-7).....	395
92. Deus, somente Deus (34.8-17).....	408
93. Permanecendo no amor da aliança (34.18-28; 35.1-3).....	419
94. Até que tenhamos faces (34.29-35).....	430
95. Um coração disposto a ofertar (35.4-29).....	440
96. Já chega! (35.30-36.7).....	451
97. Construção em andamento (36.8-38).....	463
98. Na casa de Deus (37.1-29).....	474
99. O átrio para Deus (38.1-31).....	483
100. O guarda-roupa de Arão (39.1-31).....	496
101. Exatamente como Deus disse (39.32-43).....	507
102. Quando a glória desceu (40.1-38).....	519

SUMÁRIO

Volume 1

Prefácio

1. Para o Egito (1.1-7)
2. O novo Faraó (1.8-21)
3. O nascimento de um salvador (1.22–2.10)
4. Moisés parte para a ação (2.11-15)
5. Moisés no deserto (2.15-25)
6. A sarça ardente (3.1-9)
7. O grande Eu Sou (3.10-15)
8. Prodígios e sinais (3.16–4.9)
9. Eis-me aqui... Envia outro (4.10-17)
10. De volta para o Egito (4.18-31)
11. Quem é o Senhor? (5.1-9)
12. Tijolos sem palha (5.10-21)
13. Quando aparecem as dificuldades (5.22–6.5)
14. Os sete “Eu farei” da salvação (6.6-12)
15. Eles eram os levitas (6.13-27)
16. O profeta do profeta (6.28–7.7)
17. O bordão que engoliu as serpentes (7.8-13)
18. Rio de sangue (7.14-24)
19. Por que as rãs coaxaram (7.25–8.15)
20. O dedo de Deus (8.16-19)
21. Senhor das moscas (8.20-32)
22. Uma praga contra teus rebanhos (9.1-7)
23. Não suporto mais esta coceira! (9.8-12)
24. A pior tempestade de granizo de todos os tempos (9.13-35)
25. Algo para contar aos netos (10.1-20)
26. Coração de trevas (10.21-29)

27. A praga mais mortal (11.1-10)
28. A primeira Páscoa (12.1-13)
29. Um banquete memorável (12.14-28)
30. Saindo do Egito (12.29-42)
31. Fazei isto em memória de mim (12.43-51; 13.3-10)
32. A redenção dos filhos (13.1-2,11-16)
33. Entre o deserto e o mar (13.17-14.14)
34. A grande fuga (14.15-31)
35. O cântico da salvação (15.1-21)
36. Uma queixa amarga (15.22-27)
37. Pão do céu (16.1-20)
38. Um sábado para o homem (16.21-36)
39. A rocha era Cristo (17.1-7)
40. Levante a sua mão (17.8-16)
41. Reunião de família (18.1-12)
42. Israel se organiza (18.13-27)
43. Reino de sacerdotes (19.1-6)
44. Não toque! (19.7-15)
45. Fumaça na montanha (19.16-25)
46. Escrito na pedra (20.1-2a)
47. Um item multiuso (20.2b)
48. Interpretando a lei de Deus (20.3-17)
49. O primeiro mandamento: nenhum outro deus (20.3)
50. O segundo mandamento: o Deus verdadeiro, o modo correto (20.4-6)
51. O terceiro mandamento: nome que está acima de todos os nomes (20.7)
52. O quarto mandamento: trabalho e descanso (20.8-11)
53. O quinto mandamento: respeite a autoridade (20.12)
54. O sexto mandamento: viva e deixe viver (20.13)
55. O sétimo mandamento: a alegria do sexo (20.14)
56. O oitavo mandamento: o que pertence a mim,
pertence a Deus (20.15)
57. O nono mandamento: dizer a verdade (20.16)
58. O décimo mandamento: contentar-se (20.17)

O FIM DA LEI

Êxodo 20.18-21



O famoso livro *O Peregrino*, de John Bunyan, relata a longa jornada espiritual de Cristão, da Cidade da Destruição, para a Cidade Celestial. No início da história, Cristão sente o peso esmagador de seu pecado e teme o juízo vindouro. Mas então aparece Evangelista para explicar-lhe como ele pode entrar no caminho estreito da salvação, onde o fardo pode ser retirado dele.

Pouco tempo após começar sua peregrinação, ele encontra um homem que o informa sobre um caminho mais rápido para se livrar de seu peso. Tudo o que Cristão precisa fazer é encontrar-se com um homem chamado Legalidade, que vive na aldeia chamada Moralidade. Em termos espirituais, ele lhe diz que poderia se livrar de seus pecados simplesmente observando a lei de Deus. Cristão ficou fascinado com a possibilidade. Obviamente, ele não quis tornar sua viagem mais difícil que o necessário. O senhor Legalidade conseguiria ajudá-lo a se livrar de seu fardo?

Quando Cristão seguiu em frente e perguntou pelo caminho para Moralidade, o homem respondeu apontando para uma montanha alta e dizendo: “Você precisa atravessar aquela montanha”. Cristão seguiu as orientações do homem.

Cristão mudou imediatamente de resolução, para dirigir-se à casa do Sr. Legalidade, em busca do remédio apetecido. Quando chegou às abas da montanha, pareceu-lhe esta tão elevada e tanto a prumo no sítio por onde tinha de passar que teve medo de prosseguir, temendo que ela se despenhasse sobre sua cabeça. Parou sem saber que rumo tomar. Sentiu, então, mais do que

nunca, o peso do seu fardo, vendo sair da montanha relâmpagos e chamas que ameaçavam devorá-lo. Assaltaram-no grandes temores e estremeceu de terror.¹

John Bunyan não menciona o nome dessa montanha, mas não é difícil imaginar o nome que ele tinha em mente. Era um monte de fogo e fumaça – Sinai, a montanha da lei de Deus. Longe de remover o fardo de Cristão, aquela grande montanha apenas o deixou ainda mais aterrorizado. Isso é porque a lei não tem o poder de salvar, mas apenas o de nos ameaçar com o juízo e, assim, mostrar-nos a nossa necessidade de salvação.

Os terrores da lei e de Deus

Quando os filhos de Israel estavam ao pé do monte Sinai, eles se sentiram como Cristão. Estavam aterrorizados. A Bíblia diz: “Todo o povo presenciou os trovões, e os relâmpagos, e o clangor da trombeta, e o monte fumegante; e o povo, observando, se estremeceu e ficou de longe” (20.18). A vista era impressionante. A montanha cuspi fumaça, e grandes bolas de fogo pulavam de pico em pico. A trilha sonora também era impressionante. Havia grandes rajadas de trovões e o toque poderoso de uma trombeta, e o chão tremia sob os pés de Israel. Esses fenômenos naturais e sobrenaturais foram mencionados pela primeira vez em Êxodo 19, em que as Escrituras explicam a razão desses sons e visões impressionantes. Era “porque o SENHOR descera sobre ele [o monte Sinai] em fogo” (v. 18). O que os israelitas estavam vendo eram manifestações visíveis da glória do Deus invisível.

Alguns estudiosos têm perguntado por que a descrição do monte Sinai é repetida no capítulo 20. Por que a Bíblia descreve trovões e relâmpagos antes e depois da entrega dos Dez Mandamentos? A resposta é que esses sons e visões impressionantes continuaram durante todo o tempo enquanto Deus estava dando sua lei. Eles são mencionados novamente no capítulo 20 simplesmente para mostrar como os israelitas reagiram. Umberto Cassuto escreve: “Este parágrafo final não serve apenas para relatar o que aconteceu após a proclamação do *Decálogo*, mas para descrever a reação do povo à revelação como um todo”.² No capítulo 19, Deus estabelece limites em torno da montanha e adverte seu povo a não ultrapassar esses limites; caso contrário, seriam destruídos. Quando terminou de entregar sua lei, essas precauções dificilmente pareciam necessárias! O povo estremeceu de medo; estava tremendo em suas sandálias. A Bíblia diz que o povo “ficou de longe” (20.18),

¹ John Bunyan, *The Pilgrim's Progress* (Nova York: New American Library, 1964), p. 26-27.

² Umberto Cassuto, *A Commentary on the Book of Exodus*, Israel Abrahams (trad.) (Jerusalém: Magnes, 1967), p. 252.

o que indica que eles permaneceram longe até do perímetro de segurança que Moisés estabelecera em torno da montanha.

Por que os israelitas estavam com tanto medo?

Uma das coisas que os israelitas temiam era a própria lei. Deus acabara de lhes dar suas exigências justas na forma dos Dez Mandamentos. Eles reconheciam que Deus estava exigindo sua total lealdade em cada aspecto da vida. Exigia que eles o adorassem exclusivamente e amassem uns aos outros em tudo o que faziam e diziam.

Provavelmente os israelitas não se deram conta da extensão plena da lei de Deus. Sem dúvida alguma, havia alguns aspectos dos Dez Mandamentos que eles ainda não entendiam: como cada mandamento era positivo e negativo, ou como ele rege as posturas internas e os atos externos, ou como ele representa toda uma categoria de pecados e obrigações. Mas certamente entenderam que Deus estava reivindicando de forma absoluta toda a sua adoração, tempo, relacionamentos, posses, corpos, fala e desejos. Assim, quando ouviram pela primeira vez os Dez Mandamentos – antes mesmo de os decorarem – os israelitas sabiam que Deus estava lhes dando um padrão justo para toda a vida. Ele queria que eles obedecessem a todos eles o tempo todo, e isso os aterrorizava. No capítulo 19, eles haviam prometido fazer o que Deus dissesse (v. 8), mas, assim que descobriram o que isso incluía, entraram em pânico. Estavam assustados com a exigência total da lei de Deus.

Os israelitas também se assustaram com a ameaça do juízo de Deus, e talvez esta tenha sido a razão principal de seu medo. Fogo e fumaça, trovões e relâmpagos, o toque da trombeta – quer os israelitas soubessem disso ou não –, todos esses sinais reaparecerão no juízo final. O povo havia entrado na presença do grande e terrível Juiz de todo pecado. Eles eram pecadores culpados perante um Deus santo e podiam sentir que este era um encontro em que sua vida corria perigo. Na verdade, a fumaça na montanha lhes permitiu vislumbrar a ira vindoura. Num sermão sobre Israel no Sinai, Charles Spurgeon disse:

É possível que essa terrível grandeza pretendesse também sugerir ao povo a força condenatória da lei. A lei não foi dada ao doce som de harpas nem ao canto dos anjos, mas com uma voz assustadora de dentro de um fogo terrível. [...] Em virtude da pecaminosidade do homem, a lei gera ira; e, a fim de indicar isso, ela foi publicada com acompanhamentos de medo e morte: os batalhões da onipotência se dispuseram na cena com a poderosa artilharia de Deus acrescentando ênfase a cada sílaba com salvas terríveis. A tremenda

cena no Sinai era, também, em certo sentido, uma profecia ou até mesmo um ensaio do dia do Juízo.³

Não surpreende, então, que os israelitas estivessem aterrorizados! Quando olharam para o monte Sinai, foram confrontados com o poder condenador do Deus legislador, que julgará o mundo no último dia.

O mediador

Uma das primeiras coisas que as pessoas fazem quando entram em conflito com a lei é contratar um advogado. E foi exatamente isso o que os israelitas fizeram no monte Sinai. Assim que ouviram as exigências da lei de Deus, pediram que Moisés fosse seu advogado legal, seu mediador. Disseram-lhe: “Fala-nos tu, e te ouviremos; porém não fale Deus conosco, para que não morramos” (20.19). Os israelitas tinham medo de tratar diretamente com Deus, por razões óbvias. Eles haviam ouvido os mandamentos de sua lei, haviam visto o fogo e a fumaça de sua glória, e era de mais para suportarem. Assim, imploraram que Moisés falasse por eles: “Não queremos falar com Deus; fale *você* com ele!” O “tu” no versículo 19 é enfático: “Fala-nos *tu*”.

Muitas pessoas alegam querer uma experiência de Deus não mediada. “Quem dera Deus falasse diretamente comigo”, dizem. “Quem dera ele se revelasse a mim, então eu acreditaria.” As pessoas que fazem esse tipo de exigências não fazem ideia daquilo que estão pedindo, pois qualquer um que já vislumbrou o mínimo da verdadeira glória de Deus se encheu de temor. Ele é um Deus terrível e Todo-Poderoso, cuja santidade é um terror para os pecadores.

Isso significa que os israelitas estavam certos quando pediram um mediador. Eles precisavam de um! Um mediador é alguém que se coloca na brecha para unir dois partidos. E era isso que os israelitas precisavam: alguém que se colocasse entre o céu e a terra para servir de ponte entre a divindade de Deus e sua humanidade. Precisavam de alguém que os representasse perante Deus e representasse Deus perante eles. Precisavam de alguém que servisse como porta-voz de Deus porque eles não suportavam o som da voz de Deus. E, mesmo que não tenham percebido, eles precisavam, acima de tudo, de alguém que os protegesse da maldição de Deus contra o seu pecado, da penalidade de sua lei.

Quando os israelitas pediram que Moisés fosse seu mediador, eles estavam pedindo por algo que Deus já havia providenciado. Deus havia nomeado Moisés como seu mediador já na sarça ardente, e o profeta havia falado em

³ Charles H. Spurgeon, “The Mediator—the Interpreter”, *The Metropolitan Tabernacle Pulpit* 35, nº 2.097 (1890; reimpressão. Londres: Banner of Truth, 1970), p. 409.

nome de Deus desde então. Mas, quando Deus revelou sua lei, os israelitas finalmente entenderam sua necessidade de um mediador. Em seu temor, imploraram que Moisés fosse seu intermediário junto a Deus.

Assim que os israelitas fizeram seu pedido, Moisés começou a servir como seu mediador, fazendo duas coisas que um mediador costuma fazer. Primeiro ele falou a eles em nome de Deus: “Respondeu Moisés ao povo: Não temais; Deus veio para vos provar e para que o seu temor esteja diante de vós, a fim de que não pequeis” (v. 20). Mais tarde, quando Moisés se lembrou dessa experiência, ele disse: “Nesse tempo, eu estava em pé entre o SENHOR e vós, para vos notificar a palavra do SENHOR, porque temestes o fogo e não subistes ao monte” (Dt 5.5).

Quando Moisés falou ao povo, isso aconteceu, em parte, para explicar o propósito da lei de Deus. Como vimos no capítulo 47 deste comentário, a lei de Deus é um item multiuso. Ela tem três propósitos primários. Um é limitar nosso pecado por meio da ameaça de punição. A lei cumpre essa função na sociedade humana. Suas punições agem como impedimento, mantendo as pessoas longe do pecado. Outro uso da lei é revelar nosso pecado, demonstrando que não podemos fazer jus ao perfeito padrão de Deus. Mais tarde, após sermos salvos pela graça, a lei nos mostra como viver de forma a trazer glória para Deus. Enquanto continua a nos restringir do pecado e a nos mostrar a necessidade da graça, ela também nos instrui em justiça.

Quando Moisés explicou o propósito da lei de Deus, quais dos três usos ele teve em mente? À primeira vista, parece que Moisés estava falando sobre o uso cívico da lei, sua capacidade de limitar o pecado na sociedade. Afinal de contas, ele disse aos israelitas: “[...] para que o seu temor esteja diante de vós, a fim de que não pequeis” (20.20b). Certamente os israelitas estavam com medo, pois haviam ouvido a voz de Deus na montanha. Assim, faria sentido Moisés dizer-lhes que essa experiência lhes ajudaria a não pecar. Sempre que fossem tentados a violar qualquer um dos mandamentos de Deus, eles se lembrariam de sua voz terrível, e isso os lembraria de não violar a sua lei. Moisés também descreveu o encontro de Israel com Deus como um teste. Ele disse: “Deus veio para vos provar” (20.20a). A palavra hebraica para “provar” (*nasa*) é usada em outros pontos em Êxodo. Deus testou os israelitas com as águas amargas em Mara (15.25). Ele os provou novamente ao instruí-los a não colher mais maná do que era necessário para cada dia (16.4). Em ambos os casos, a provação era um teste da obediência de Israel. Deus deu ao seu povo outro teste no monte Sinai. Sua lei era um teste de sua obediência. Eles passaram no teste? Não, eles pecaram contra Deus. Portanto, existe aqui, no mínimo, uma dica de um segundo uso da lei: sua função é mostrar ao povo de Deus o seu pecado.

Deus, porém, também queria que seu povo guardasse sua lei, e este era o terceiro uso da lei. A lei foi dada para a sua obediência, e a função do mediador era encorajá-los nisso. A primeira coisa que ele lhes disse foi que não deviam ter medo. A intenção de Deus não era destruí-los, mas salvá-los. Assim, em vez de estremecer em medo, aterrorizados pela lei de Deus, eles eram chamados para viver para Deus em alegria e obediência. Moisés lhes disse que o temor do Senhor estaria com eles – um medo não só no sentido de um terror abjeto, mas também no sentido de reverência e respeito. Sua experiência de Deus no monte Sinai permaneceria com eles a fim de ajudá-los a obedecer. Reverência levaria à obediência.

O ponto é que os israelitas precisavam de um mediador que lhes dissesse isso. Precisavam que um representante de Deus lhes dissesse que não precisavam ter medo e lhes explicasse para quê servia a lei – seus três propósitos primários. Moisés era o mediador. Ele falou ao povo de Deus para que ele ouvisse e obedecesse.

Houve uma segunda coisa que Moisés fez para os israelitas. Como seu mediador, ele foi a Deus em seu lugar: “O povo estava de longe, em pé; Moisés, porém, se chegou à nuvem escura onde Deus estava” (20.21). “A nuvem escura onde Deus estava” – essa expressão evocativa é, às vezes, vista como palavra de consolo aos fiéis em circunstâncias difíceis. Mas a escuridão da qual Moisés se aproximou não era a escuridão de dificuldades pessoais; era a escuridão misteriosa do próprio ser de Deus. No fogo e na fumaça do monte Sinai, Deus preservou o mistério infinito de sua divindade eterna. Quem ousaria se aproximar? Quem conseguiria suportar a densa escuridão em que Deus estava?

Apenas o mediador. É isso que um mediador faz: ele entra na presença de Deus em nome do povo de Deus. Ele se aproxima de Deus como seu representante. Em outras palavras, ele ousadamente vai para onde ninguém mais ousaria ir. E Moisés fez isso. Enquanto todo o restante de Israel tremia de medo, ele subiu sozinho para encontrar-se com Deus, para conversar com Deus e receber o restante de sua lei. Ele fez isso no lugar do povo de Deus para que pudesse conhecer a vontade de Deus para sua vida. Moisés falou por Deus ao povo e foi a Deus pelo povo. Ele era o mediador que Deus havia escolhido como líder no caminho da salvação.

Existem muitas outras coisas que um mediador faz e, como mostra o restante de Êxodo, Moisés realizou a maioria delas. Um mediador faz expiação pelo pecado, coisa que Moisés também fez. Quando os sacrifícios foram oferecidos a Deus, ele aspergiu o povo com o sangue salvador (24.5-6,8). Um mediador intercede pelo povo de Deus, coisa que Moisés também fez. Ele implorou a Deus para que não os destruísse quando pecaram (32.9-14). Um

mediador sacrifica sua própria vida ao povo a quem serve, e Moisés estava disposto a fazer isso também. Quando os israelitas violaram a lei de Deus ao adorar um bezerro de ouro, ele orou: “Agora, pois, perdoa-lhe o pecado; ou, se não, risca-me, peço-te, do livro que escreveste” (32.32). Deus não só deu sua lei ao seu povo e a entregou ao seu destino para que sofressem as consequências de violá-la. Ele lhe deu Moisés, o mediador, para que ele os liderasse no caminho da salvação.

Os limites da lei

A razão pela qual o trabalho mediador de Moisés importa é que nós também precisamos de um advogado. Antes, citei Charles Spurgeon, que descreveu a doação da lei no monte Sinai como ensaio para o dia do Juízo. Spurgeon continuou fazendo esta pergunta provocativa: “Se a doação da lei, enquanto ainda não havia sido violada, foi acompanhada de uma manifestação de tanto poder aterrorizante, como será o dia em que o Senhor, com chamas de fogo, se vingará daqueles que deliberadamente violaram a sua lei?”⁴

Boa pergunta: se ouvir a lei já era uma experiência tão assustadora, quão aterrorizante será o encontro com Deus após sua violação? Isso é uma pergunta especialmente boa a ser feita após o estudo dos Dez Mandamentos. Muitas pessoas acreditam que Deus as aceitará porque, em geral, elas seguem as regras. Ironicamente, a maioria delas tem dificuldades até para recitar os Dez Mandamentos, sem falar em sua incapacidade de cumpri-los. Mesmo assim, essas pessoas supõem que, pelo fato de nunca terem assassinado alguém ou de nunca terem cometido perjúrio, Deus se agrada o bastante para deixá-las entrar no céu.

Qualquer um que acredita ser capaz de observar a lei de Deus deveria ir em frente e tentar! Mas o que descobrimos rapidamente – contanto que saibamos o que a lei de Deus realmente exige – é quão impossível é observar os Dez Mandamentos. Somos pecadores por natureza e, como tais, somos incapazes de obedecer a Deus em tudo. E se há uma coisa que aprendemos com os Dez Mandamentos é que não somos capazes de observá-los. Francamente, somos o tipo de pessoa que gosta de servir a outros deuses, de usar linguagem ruim, de resistir à autoridade, de buscar o prazer sexual, de nos apropriar das coisas de outros e de dizer coisas que machucam as pessoas. Sabemos, então, por experiência própria, que o *Breve Catecismo de Westminster* está certo quando diz: “Nenhum mero homem, desde a queda de Adão, é capaz, nesta vida, de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus, mas diariamente os quebra por pensamentos, palavras e obras” (resposta à pergunta 82).

⁴ *Ibid.*, p. 409.

Se não somos capazes de observar a lei de Deus, ela é uma ameaça para nós, uma ameaça mortal. O famoso missionário norte-americano David Brainerd se lembrou de um período em sua vida em que os terrores da lei o mantiveram longe de Deus. A lei o deixou furioso por ser tão rigorosa. Brainerd escreveu:

Descobri que era impossível para mim, após minhas mais profundas dores, corresponder às suas exigências. Muitas vezes, fazia novas resoluções e sempre as quebrava. Eu atribuía tudo isso ao desleixo e à falta de ser mais vigilante, e eu costumava chamar-me de tolo por minha negligência. Mas quando, após uma resolução mais forte e empreendimentos maiores e uma rígida aplicação de jejum e oração, descobri que todas as minhas tentativas falhavam, briguei com a lei de Deus por ser rígida demais. Pensei que, se eu a estendesse apenas aos meus atos e condutas externos, eu a suportaria; mas descobri que ela me condenava por meus pensamentos maus e pelos pecados dos meus anos, coisa que eu não podia impedir.⁵

Como Brainerd descobriu, se tentarmos observar a lei de Deus por conta própria, estaremos fadados ao fracasso e à frustração. As Escrituras dizem: “[...] ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado” (Rm 3.20). Diz também que “qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos” (Tg 2.10). A lei não pode nos salvar; ela só pode nos mostrar o nosso pecado. John Murray escreveu:

A lei nada pode fazer para justificar a pessoa que, em algum detalhe, violou sua integridade e veio a cair sob sua maldição. A lei, conquanto lei, não tem provisão expiatória. Ela não exerce qualquer graça perdoadora e não tem nenhum poder de capacitação para o cumprimento de sua própria exigência. Ele não conhece clemência para a remissão de culpa; ela não fornece justiça para satisfazer a nossa iniquidade; ela não exerce poder constrangedor para impedir nossos desvios; ela não conhece misericórdia para derreter nosso coração em penitência e obediência renovada. Ela nada pode fazer para aliviar a escravidão do pecado; ela acentua e confirma a escravidão.⁶

Sabemos o que precisamos fazer – este não é o problema. Deus nos disse em sua lei o que devemos fazer. O problema é que não conseguimos fazê-lo!

⁵ David Brainerd, citado em Ernest C. Reisinger, *The Law and the Gospel* (Phillipsburg, NJ: P&R, 1997), p. 78.

⁶ John Murray, *Principles of Conduct: Aspects of Biblical Ethics* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), p. 185-86.

Se fôssemos capazes de observar a lei, poderíamos ser salvos por ela. Mas, já que não podemos observá-la, podemos apenas ser condenados por ela. Como os israelitas, devemos ficar de longe, tremendo de medo.

Um Mediador melhor

O que precisamos é de um bom advogado! E é assim que a lei nos leva ao evangelho: ela nos condena por nosso pecado, de modo que passamos a procurar algum tipo de remédio jurídico e então descobrimos que Deus o providenciou em Jesus Cristo. Jesus pode fazer o que a lei não consegue, *i.e.*, salvar-nos: “Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho” (Rm 8.3a).

O Novo Testamento ensina que o Filho de Deus é nosso Mediador. Na verdade, é o único Mediador de que precisamos: “Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem, o qual a si mesmo se deu em resgate por todos: testemunho que se deve prestar em tempos oportunos” (1Tm 2.5-6). O livro de Hebreus descreve a obra mediadora de Cristo comparando-o com Moisés. Moisés foi um grande mediador – o maior no Antigo Testamento. Mas “Jesus, todavia, tem sido considerado digno de tanto maior glória do que Moisés” (Hb 3.3a). Ele é um Mediador superior (Hb 8.6), o Mediador de uma aliança nova e melhor (Hb 9.15). Como vimos no capítulo 45, o livro de Hebreus nos garante que não precisamos passar pelo que passaram os israelitas quando encontraram Deus no monte Sinai. A Bíblia diz ao cristão: “Ora, não tendes chegado ao fogo palpável e ardente, e à escuridão, e às trevas, e à tempestade, e ao clangor da trombeta, e ao som de palavras tais, que quantos o ouviram suplicaram que não se lhes falasse mais, pois já não suportavam o que lhes era ordenado” (Hb 12.18-20a). Em outras palavras, como crentes em Cristo não nos encontramos em Êxodo 20. Mas, se não estivermos no monte Sinai, onde estamos? A Bíblia diz: “[...] tendes chegado [...] a Jesus, o Mediador da nova aliança” (Hb 12.22-24). As coisas são diferentes para nós porque temos um Mediador melhor – o Senhor Jesus Cristo.

Jesus faz tudo que um mediador deve fazer. Ele vai até Deus em nosso lugar. Ele é nosso intermediador, aquele que se aproxima da escuridão densa em que Deus se encontra. Ele é capaz de fazer isso de modo muito mais eficiente do que Moisés jamais fez, porque ele é Deus e homem. Jesus tem uma natureza divina e uma natureza humana; portanto, ele é singularmente capaz de nos representar perante Deus. E, quando se aproxima de Deus em nosso lugar, Jesus faz algo que Moisés jamais pôde fazer: ele oferece obediência perfeita à lei. Toda mediação que Moisés oferecia era limitada pelo fato de ele ser um violador da lei. Ele não era capaz de oferecer obediência perfeita

aos Dez Mandamentos. Mas Jesus pôde fazê-lo. Quando se apresentou a Deus, Jesus disse: “Eis aqui estou, para fazer, ó Deus, a tua vontade” (Hb 10.7), e então ele a fez. Perfeitamente. Jesus adorou exclusivamente a Deus, honrou o nome de Deus, santificou o sábado, obedeceu os seus pais, amou seus inimigos, disse a verdade e fez todo o restante que Deus lhe ordenou.

Esse é o tipo de mediador de que precisamos: alguém que observa a lei de Deus para nós. Somos idólatras, rebeldes, mentirosos e enganadores e, assim, jamais poderíamos ser salvos por meio da nossa própria obediência. Mas tudo o que Jesus fez conta para todos que confiam nele. Por meio da fé em Cristo oferecemos obediência perfeita à lei de Deus. Martinho Lutero disse: “O Cristo que é aceito pela fé e que vive no coração é a verdadeira justiça cristã, em virtude da qual Deus nos considera justos e nos concede vida eterna”.⁷ Tudo o que precisamos fazer é confiar em Jesus, e isso é absolutamente necessário porque o dia do Juízo está vindo. Já que nos encontramos em conflito com a lei, precisamos de um advogado. Se não tivermos um, teremos de encarar a justiça da ira de Deus sozinhos, e o que acontecerá conosco? Mas, em sua misericórdia, Deus providenciou um Mediador e, como os israelitas, devemos clamar para que ele nos salve.

Uma vez que vamos a Jesus, há outra coisa que ele faz como nosso Mediador, que é ensinar-nos a lei de Deus. Como dizem as Escrituras, não estamos “sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo” (1Co 9.21). Linhas atrás, vimos como Moisés explicou a lei aos israelitas. Jesus faz o mesmo por nós. Primeiro, como Moisés, ele nos diz que não precisamos ter medo, pois a lei não é um terror para aqueles que estão seguros em Cristo. Jesus sofreu a penalidade que merecíamos por nosso pecado, e a lei não pode mais nos assustar. “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1).

O que a lei ainda pode fazer é ensinar-nos a viver. Como explicou o puritano Thomas Watson: “Mesmo que o cristão não se encontre sob o poder condenador da lei, ele continua sob seu poder ordenador”.⁸ Por isso, parte da obra mediadora de Cristo é ensinar-nos toda a lei de Deus mais uma vez. Ele não nos ensina a lei cerimonial, que ele cumpriu em sua vida e por meio da sua morte sacrificial. Tampouco nos ensina a lei civil, que valia especificamente para a nação de Israel do Antigo Testamento. Mas Jesus nos ensina as exigências da lei moral – o padrão eterno da justiça de Deus.

⁷Martinho Lutero, *Luther's Works: Lectures on Galatians, 1535, Chapters 1–4*, Jaroslav Pelikan (org.), vol. 26 (Saint Louis: Concordia, 1963), p. 130.

⁸Thomas Watson, *The Ten Commandments* (1890; reimpressão. Edimburgo: Banner of Truth, 1965), p. 44.

Jesus disse: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra” (Mt 5.17-18).

Mais do que qualquer outro, Jesus é aquele que nos ensina a obedecer a vontade de Deus para que possamos viver de modo que lhe agrade. Em outras palavras, Jesus toma a lei que, no passado, nos levou a ele e a devolve a nós. O puritano Samuel Bolton o expressou desta maneira: “A lei nos leva ao evangelho para que possamos ser justificados; e o evangelho nos leva de volta à lei para sabermos qual é a nossa obrigação como aqueles que foram justificados. [...] A lei nos leva ao evangelho para a nossa justificação; o evangelho nos leva à lei para moldar o nosso estilo de vida”.⁹ Assim, como cristãos, observamos agora os Dez Mandamentos – não porque devemos, mas porque podemos! Porque, em Cristo, somos capazes! Obedecemos não para nos justificar, mas para demonstrar nossa gratidão ao Salvador que nos justifica.

Tudo o que dissemos sobre a lei e o evangelho em relação a Cristo foi utilmente resumido por Ernest Reisinger, que diz sobre Jesus: “Ele explicou o significado da lei, ele expressou seu caráter, ele encarnou suas obrigações e ele sofreu sua penalidade”.¹⁰ Thomas Ascol oferece uma explicação mais detalhada:

A lei foi dada para ensinar aos pecadores o seu pecado. Quando um pecador reconhece a lei em todo o seu rigor e espiritualidade, ele vem a entender a falência espiritual e o grave perigo de sua condição. A lei, capaz de condenar, mas incapaz de salvar, leva o pecador a procurar salvação no único em que pode ser encontrada. Ela o leva para Jesus Cristo, que, cumprindo perfeitamente a lei em sua vida e morte, ofereceu-se para remir os pecadores impotentes. Quando Cristo recebe homens e mulheres arrependidos, ele os perdoa, concede-lhes sua justiça e lhes dá o seu Espírito. Ele inscreve sua lei em seu coração novo e os capacita a segui-lo em discipulado obediente. Como aquele que observou perfeitamente a lei, ele leva seus discípulos a obedecerem os seus mandamentos.¹¹

E obedecer os mandamentos é o que fazemos. A todos eles. Pela graça de Deus, observamos o que Tiago chamou a “lei perfeita, lei da liberdade” (Tg 1.25). Fomos libertos do nosso serviço a outros deuses e agora estamos

⁹Samuel Bolton, *The True Bounds of Christian Freedom* (1645; reimpressão. Londres: Banner of Truth, 1964), p. 71-72.

¹⁰Reisinger, *The Law and the Gospel*, p. 36.

¹¹Thomas Ascol, em “Foreword” de *ibid.*, p. xi.

livres para adorar apenas a Deus com reverência e alegria, levando a sério o seu nome. Fomos justificados pela fé, não por obras, e agora estamos livres para descansar na graça de Deus. Viemos a conhecer a Deus, o Pai, por meio de Jesus, o Filho, e agora estamos livres para dar honra a quem merece honra. Pelo amor de Deus fomos libertos também do ódio assassino, e agora estamos livres para perdoar. Encontramos prazer real em Cristo e, agora, pela pureza do seu Espírito, estamos livres para sermos castos. Todas as nossas mentiras foram expostas e agora estamos livres para dizer a verdade. E já que temos a provisão de Cristo, não precisamos mais roubar e nem mesmo cobiçar.

Não observamos a lei de Deus para sermos salvos. Fomos salvos exclusivamente pela graça apenas por meio da fé apenas em Cristo. Mas por que fomos salvos? Para glorificar a Deus, o que fazemos observando seus mandamentos. Jesus disse: “Se me amais, guardareis os meus mandamentos” (Jo 14.15).